

Marcus Vinicius Macedo Pessanha

A ARBITRALIDADE DOS
LITÍGIOS ENVOLVENDO
AS ENTIDADES DA
ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA

Uma Abordagem

Jurídica **Luso-Brasileira**

da Resolução Alternativa
de Conflitos no

Direito Administrativo

1ª edição – 2021 – São Paulo – SP

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

P565a

Pessanha, Marcus Vinicius Macedo, 1976-

A arbitralidade dos litígios envolvendo as entidades da administração pública :
uma abordagem jurídica luso-brasileira da resolução alternativa de conflitos no direito
administrativo. / Marcus Vinicius Macedo Pessanha. - 1. ed. - São Paulo : Letras
Jurídicas, 2021.

104 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 9786589565031

1. Direito administrativo - Brasil. 2. Direito administrativo - Portugal. 3.
Administração de conflitos. 4. Administração pública - Brasil. I. Título.

21-68756

CDU: 347.925

Camila Donis Hartmann - Bibliotecária - CRB-7/6472

18/01/2021 19/01/2021

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	15
2 NOÇÕES GERAIS SOBRE OS MÉTODOS DE RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	19
2.1 Características Essenciais da Arbitragem	26
3 ARBITRAGEM NO DIREITO COMPARADO LUSO-BRASILEIRO	28
3.1 Arbitragem no Direito Brasileiro	28
3.2 Arbitragem no Direito Português	29
3.3 Arbitragem Envolvendo a Administração Pública	31
3.4 Arbitragem Envolvendo a Administração Pública no Brasil	33
3.5 Arbitragem Envolvendo a Administração Pública em Portugal	38
4 RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS ENVOLVENDO AS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A RELATIVIZAÇÃO DOS DOGMAS DO DIREITO PÚBLICO	40
4.1 Da Irresponsabilidade Estatal à Arbitralidade – Submissão do Estado à Jurisdição e à Arbitragem	41
4.1.1 Do nascimento da responsabilização do Estado	42
4.2 Surgimento e Expansão das Zonas de Arbitralidade no Âmbito Estatal: Relativização dos Dogmas do Direito Público	44
4.2.1 Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público em face da expansão dos espaços da arbitralidade na resolução alternativa de litígios	48
4.2.1.1 Da evolução da indisponibilidade do interesse público à consensualidade em Portugal e no Brasil	50
4.2.1.2 Indisponibilidade do interesse público e a arbitralidade nos atos de império próprios do Estado	52

4.2.2	Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado	54
4.2.3	Princípio da Publicidade e da Transparência na Administração Pública e a arbitralidade	57
5	ARBITRALIDADE	63
5.1	Arbitralidade Subjetiva	66
5.2	Arbitralidade Objetiva	68
5.2.1	Arbitralidade objetiva e julgamento por equidade.....	70
5.2.2	A expansão das zonas de arbitralidade objetiva	72
5.3	Arbitralidade dos Litígios com Entes Públicos	74
5.3.1	Arbitralidade dos litígios envolvendo a Administração Pública no Direito Português e Brasileiro	74
5.4	Arbitralidade Subjetiva no Direito Português	76
5.5	Arbitralidade Objetiva no Direito Português.....	77
5.5.1	Arbitralidade objetiva fiscal	77
5.5.2	Arbitralidade objetiva desportiva	80
5.5.3	Arbitralidade objetiva em matéria de medicamentos e propriedade industrial	81
5.5.4	Arbitralidade objetiva e meio ambiente.....	82
5.5.5	Outros casos de arbitralidade objetiva	83
5.6	Arbitralidade Subjetiva no Direito Brasileiro	83
5.7	Arbitralidade Objetiva no Direito Brasileiro	85
5.7.1	Arbitralidade objetiva na concessão de obras e serviços públicos em nível estadual	85
5.7.2	Arbitralidade objetiva e transporte ferroviário.....	87
5.7.3	Arbitralidade objetiva e contratações públicas	87
5.7.4	Arbitralidade objetiva e concessões e permissões federais de serviços públicos.....	88
5.7.5	Arbitralidade objetiva e telecomunicações.....	89
5.7.6	Arbitralidade objetiva e política energética na área do petróleo	89
5.7.7	Arbitralidade objetiva e concessões de transporte	91
5.7.8	Arbitralidade objetiva e Direito Societário	91
5.7.9	Arbitralidade objetiva e energia elétrica	93
5.7.10	Arbitralidade objetiva e parcerias público-privadas	94
5.7.11	Arbitralidade objetiva e legislação portuária	94
5.7.12	Arbitralidade objetiva tributária.....	95
	CONCLUSÃO	97
	REFERÊNCIAS.....	100